

Franca e Soares: Direito da Arte e a retomada dos grandes eventos

12/01/2023

O ano que marcou os 80 anos de Milton Nascimento, Gilberto Gil e Caetano Veloso assinalou também o centenário da Semana de Arte Moderna, o bicentenário da Independência e a retomada dos grandes eventos culturais presenciais, interrompidos desde 2020, por conta da Covid-19.



Nas comemorações, chamaram atenção o controverso traslado provisório do coração

de Dom Pedro 1º e a reinauguração do Museu do Ipiranga, o projeto mais caro da história da Lei Rouanet, orçado em quase R\$ 87 milhões, um presente para a sociedade brasileira, pela suas ricas curadoria e arquitetura.

Neste ano de retomada, a beleza da loucura criativa ganhou destaque com a mostra de Arthur Bispo do Rosário no [Itaú Cultural](#) em São Paulo, com obras emblemáticas do artista sergipano que passou 50 anos internado na Colônia Juliano Moreira, e com a exposição itinerante Nise da Silveira – A Revolução pelo Afeto, no [CCBB](#), sobre a psiquiatra brasileira que foi aluna de Freud e criou um método clínico centrado no afeto. Sob a ótica da memória coletiva, houve ainda uma outra importante homenagem a Nise da Silveira: a inscrição de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

No exterior, puderam-se realizar as duas mais importantes mostras de arte do planeta: a Bienal de Veneza, cuja 59ª edição havia sido postergada em um ano; e a 15ª edição da Documenta de Kassel. A Bienal de Veneza contou com cinco brasileiros nesta edição, o maior número desde 2005. A mostra terminou com um anúncio animador: a próxima edição do evento, em 2024, terá pela primeira vez um latino-americano como curador-geral, o diretor artístico do Masp, Adriano Pedrosa. Trata-se de mais um sinal da relevância, no panorama artístico internacional, que o Brasil vem alcançando, quer como país-fonte quer como país-destino de bens culturais.

A Documenta de 2022 contou com a participação da artista brasileira Graziela Kunsch, cujas obras frequentemente lidam com o tema do acesso à arte e do direito à cultura. Este ano, Graziela instalou, numa sala do Museu Fridericianum, o principal pavilhão da Documenta, a obra *Public Daycare*, uma creche inspirada na pedagogia da pediatra húngara Emmi Pikler. Graziela partiu de sua experiência dos primeiros meses como mãe e, ao inserir sua filha, ainda bebê, no cenário artístico, convidou o público, especialmente mães, a experimentarem a instalação. O reconhecimento das [tarefas domésticas como trabalho](#) (inclusive no âmbito jurídico) e a [economia do cuidado](#), temas tão relevantes na busca da igualdade entre gêneros, são iluminados por Graziela Kunsch.



A Documenta 15 também lembrou que acertos de contas com o passado nunca são lineares e vêm sempre repletos de paradoxos e incoerências. A polêmica em torno do mural *People's Justice*, do coletivo indonésio Taring Padi, causou constrangimento à organização da exposição e resultou na renúncia da diretora da mostra. O mural retratava uma figura soldadesca de aparência suína, com um lenço com a estrela de Davi e um capacete escrito “Mossad”. Outra figura tinha os cachos laterais (*peiot*) cultivados por judeus ortodoxos, presas animais e um chapéu rabínico com uma insígnia da SS nazista. O trabalho foi retirado da Documenta depois que a embaixada israelense e representantes dos judeus alemães exigiram sua remoção.

Os limites da expressão de liberdade artística de comediantes também foram questionados, desta vez a tapas, na edição do Oscar de 2022. O bofete foi dado por Will Smith no rosto do comediante Chris Rock, numa reação violenta por fazer uma piada sobre sua esposa, Jada Pinkett, que sofre de alopecia, uma doença autoimune. A Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood **baniu** Will Smith do Oscar e de todos os eventos da Academia de Hollywood por dez anos.

Sem participar da categoria Melhor Filme Internacional na premiação do Oscar de 2022, o Brasil centrou sua torcida no carioca **Pedro Kos**, que concorreu pela codireção do documentário *Onde Eu Moro* (2021), sobre o direito à moradia. Outros bons sinais sobre o prestígio internacional do Brasil nas artes foram divulgados ao longo do ano, como a indicação do advogado carioca Paulo Vieira como o primeiro não-europeu a assumir a presidência do Conselho Internacional da Tate, instituição inglesa que administra, em Londres, os museus Tate Britain e Tate Modern. E não foi só isso: segundo dados do banco suíço UBS, no último ano, nós exportamos USD 200 milhões em obras de arte. Além disso, o país tem consumido mais e mais bens culturais, de modo que nossos colecionadores apareceram pela primeira vez, em 2022, entre os atores globais de alta relevância. Nossas grandes coleções privadas só perdem para as francesas em números de obras (69 x 62, em média).

Mas nem tudo foi flores na arena artística brasileira: o Masp foi acusado de vetar um conjunto de fotos do Movimento Sem Terra. Depois de muita polêmica e do constrangimento do pedido de demissão de sua primeira curadora indígena, Sandra Benites, as fotografias acabaram incluídas na exposição Histórias Brasileiras, em celebração ao Bicentenário da Independência. Outra notícia negativa foi a crítica do artista Maxwell Alexandre contra Inhotim, pedindo a remoção de sua obra, da série *Novo Poder*, da exposição temporária Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro. O artista questionou a falta de pessoas negras na equipe do museu e a inexistência de um pavilhão para um artista negro.

Se a ausência de artistas negros é um exemplo de racismo estrutural, houve iniciativas por aqui e no exterior que tentaram mitigar essa questão. Uma estátua em homenagem à escritora **Carolina Maria de Jesus** foi inaugurada, em julho, em São Paulo (SP). A escravidão no Brasil também foi lembrada pela 1ª exposição dos achados arqueológicos do Cais do Valongo no Rio de Janeiro, no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (Muhcab).

Em janeiro, o rei da Holanda anunciou a aposentadoria da carruagem dourada da realeza, veículo utilizado em cerimônias oficiais desde 1901. Na lateral da carruagem, havia um painel com a imagem de homens negros ajoelhados diante de seus senhores brancos e de crianças brancas supostamente civilizadas que doavam livros a crianças negras. Em dezembro, a Unesco divulgou a retirada da festa belga Ducasse d’Ath da lista de Patrimônio Imaterial da Humanidade, após queixas de racismo, já que o ponto alto da festividade é uma procissão que tem como protagonista uma imagem de um homem pintado de negro acorrentado, chamado de *o Selvagem*, que assusta as crianças ou “dá sorte”.

A retomada trouxe também um risco adicional ao patrimônio cultural: que obras de grandes mestres como Leonardo da Vinci, Van Gogh, Claude Monet e Sandro Botticelli virassem alvo de protestos de ativistas climáticos. Assustados, diretores de 92 instituições como o Louvre, o Prado e o MoMA divulgaram um **comunicado** alertando que os ataques a obras.

Ainda no campo da museologia, em dezembro, o Papa Francisco anunciou a **decisão** unilateral do Vaticano de devolver à Grécia três esculturas que integravam o Partenon, na Acrópole. O debate sobre a devolução de bens culturais ganhou outro importante argumento nos últimos dias do ano, quando o British Museum sinalizou que pretende emprestar a longo prazo a Atenas os famosos mármores que compõem o conjunto escultórico que ficou conhecido como **Mármores de Elgin**. As peças estavam em Londres desde 1806.

Segundo a atual legislação britânica, museus não podem se desfazer de obras de seus acervos. Essa é a justificativa para o empréstimo a longo prazo. Todavia, o Charities Act 2022, que deve entrar em vigor no segundo semestre, permite que instituições de caridade — incluindo museus — descartem objetos quando houver uma obrigação moral imperiosa de fazê-lo.

Ainda sobre instituições museológicas, em agosto, o Conselho Internacional de Museus (Icom) divulgou uma nova definição de “museu” que, pela primeira vez, abrigou termos como “inclusão”, “acessibilidade”, “sustentabilidade” e “ética”.

Realmente, por vezes a ética é um problema na gestão de coleções. Em agosto, uma grande operação policial levou à prisão de [Sabine Boghici](#), filha do marchand e colecionador Jean Boghici (1928-2015), acusada de roubar da mãe de 82 anos. A polícia descobriu 16 obras de arte roubadas, avaliadas em R\$ 720 milhões, incluindo *Sol poente* e *O sono*, de Tarsila do Amaral. A polícia também descobriu que dois outros quadros, adquiridos em 2021 por Eduardo Costantini, fundador do Museu de Arte Latino-Americano de Buenos Aires (Malba), haviam sido roubados por Sabine Boghici da coleção dos pais e já estavam fora do país.

Para tentar impedir que fatos assim se repitam, um grupo de colecionadores de arte contemporânea redigiu e publicou, em fevereiro, um [código de conduta](#), a primeira experiência, segundo a professora [Alessandra Donati](#), de um código deontológico para colecionadores de arte contemporânea, com o ambicioso objetivo de estabelecer um colecionismo ético e responsável, melhorando as relações entre colecionadores e os diversos protagonistas do mercado de arte contemporânea.

A repressão cultural derivada da exigência de certas vestimentas foi um marco em 2022, em decorrência da onda de protestos após a morte de Mahsa Amini, vista viva pela última vez quando detida pela polícia da moralidade de Teerã por violar as regras suntuárias do país, que exigem que as mulheres cubram os cabelos com um hijab, um lenço de cabeça. Esses protestos chegaram a outros países. Na internet, foi bastante simbólica a divulgação de [vídeo com mais de 50 artistas](#), no qual, ao som de *Bella Ciao*, Juliette Binoche e dezenas de personalidades usam o termo “por liberdade” como palavra de ordem para dar início ao corte de mechas de seu cabelo.

Outro evento triste de 2022, que ainda perdura neste janeiro de 2023, é a Guerra na Ucrânia. O ataque violento da Rússia causou danos, alguns irreversíveis, aos [valores e bens culturais](#), essenciais para viver com dignidade. A Unesco divulgou que, até dezembro de 2022, foram constatados danos em [231 lugares](#) de valor cultural.

2022 foi o ano da 27ª edição da COP, cúpula da ONU sobre Mudanças do Clima, realizada em Sharm El Sheikh, Egito. A ligação entre o desequilíbrio ambiental e os impactos nos direitos e bens culturais tem merecido atenção da Unesco, da ONU, de países cujos seus patrimônios estão em maior risco e de instituições culturais. O enorme patrimônio cultural costeiro do Brasil, que inclui igrejas, fortificações militares, além de modos de fazer embarcações, habitações e alimentos, corre sério risco com a elevação do nível dos oceanos.

No âmbito do Executivo federal, um passo importante foi a estruturação, na Polícia Federal, do Projeto G.O.I.A. (Guarda, Observação, Investigação e Análise de Bens Culturais e Obras de Arte), dedicado à fiscalização e gestão do patrimônio histórico e cultural nacional e ao auxílio nas demandas voltadas a apreensões de bens culturais e destinação das peças apreendidas. O projeto também pretende capacitar peritos para a análise de obras de arte e bens culturais, além de prever a criação de uma rede formada pela PF, por universidades e museus para a troca de informações.

No âmbito do Judiciário, o STF manteve a decisão da ministra Cármen Lúcia de suspender uma medida provisória assinada pelo ex-presidente Bolsonaro que adia pagamentos ao setor cultural, previstos nas leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc. Na decisão, a Cármen Lúcia argumentou que *“cultura compõe o núcleo essencial da dignidade humana, princípio central do direito contemporâneo”*.

Com raciocínio semelhante, o comitê de direito internacional do patrimônio cultural da International Law Association (ILA), depois de divulgar um detalhado [relatório](#) sobre a participação popular nas decisões sobre o patrimônio cultural, aprovou uma [resolução](#) em que exorta Estados e organizações internacionais a ampliarem a transparência e a participação popular quando da definição de políticas culturais.

Por fim, quando a Convenção sobre o Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade da Unesco, de 1972, acaba de completar 50 anos, o país começou a discutir a necessidade de uma [legislação própria](#), única e mais eficaz para a proteção do seu patrimônio cultural e o combate à [falsificação](#) de obras de arte, à semelhança do fez a [Itália](#), no início do ano.

O debate sobre um novo marco regulatório federal tem chance de se fortalecer em 2023 com a recriação do Ministério da Cultura, instalado em 01 de janeiro com um [orçamento recorde](#) de cerca de R\$ 10 bilhões e com as melhores expectativas para promoção e difusão dos saberes, das artes e da memória coletiva, numa [perspectiva diversa e inclusiva](#), baseada na dignidade da pessoa humana.



Os atos bárbaros praticados em Brasília, no último 8 de janeiro de 2023, contra o patrimônio cultural brasileiro indicam não apenas a intrínseca relação entre democracia e cultura, mas sobretudo a necessidade de normas e ações que, além de punir com rigor os responsáveis, também previnam efetivamente os danos, protejam os bens culturais e garantam o acesso e fruição transgeracional.

A esperança está cravada na arena cultural brasileira de 2023, pois, como canta Milton Nascimento, “*quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida*”.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jan-12/franca-soares-direito-arte-retomada-grandes-eventos/>